

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES.

E2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME (IMEEX IMPORT), ora "RECORRENTE", pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº 24.895.586/0001-68, com sede à Rua Pedro Leonardi 20, Jd. do Carmo, Vila do Carmo, Município de Pedreira, Estado de São Paulo, vem, mui respeitosamente, através de seu sócio gerente que a este subscreve, com fulcro na lei de licitações n. 8.666/93 e CF de 1988, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em razão da "APROVAÇÃO DE PRODUTO E HABILITAÇÃO" da licitante 40.223.106/0001-79 - DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA ("RECORRIDA"), para o item 2 "APOIO PARA PÉS", do Eletrônico, motivos pelos quais passamos e discorrer:

A RECORRENTE espera, através do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, seja REAVALIADA A DECISÃO QUE ACEITOU O PRODUTO OFERTADO, BEM COMO A HABILITAÇÃO D. REFORMANDO A ANÁLISE TÉCNICA/HABILITATÓRIA para o item 2, por medida de JUSTIÇA!!!

A presente licitação foi instaurada pelo TRT15, na modalidade de Pregão Eletrônico, objetivando a aquisição de itens diversos, dentre eles o Item 2, 150 unid de apoio para pés, p necessidades desse órgão. conforme descrições dispostas no edital e termo de referência em epígrafe.

Após a análise técnica, aprovou-se a marca/modelo apresentados pela RECORRIDA, ao nosso modesto entender, que forma equivocada, sendo posteriormente HABILITADA, acuriosamente também, senão vejamos:

“Apoio para pés, em chapa de aço, para o trabalho na posição sentada, que mantenha os quadris e os joelhos do usuário em posição confortável (aproximadamente 90°), de forma a facilitar a circulação dos membros inferiores, com largura (comprimento) entre 40 cm e 50 cm e profundidade entre 30 cm e 40 cm, com regulagem de altura (ajustável pelo próprio usuário) que permita como mínimo, 3 POSIÇÕES DIFERENTES. O PONTO INFERIOR DE ENCAIXE DEVE TER ALTURA MÁXIMA DE 6 CM E O PONTO SUPERIOR DE ENCAIXE DEVE TER ALTURA MÍNIMA DE 15 CM. A EXTENSÃO DE AJUSTE DE POSIÇÕES DEVERÁ ABRANGER AS ALTURAS DE 6 CM A 15 CM. A superfície de contato com os pés do usuário deverá possuir inclinação entre 10° e 15°, com a finalidade de fixação da inclinação se esta for variável, superfície antiderrapante de contato com o chão e com os pés do usuário. (variação aceitável nas medidas de até 10%). Deverá estar embalado em caixa de papelão, que deverá ser reciclada ou reciclável.” (GRIFOS Nossos)

TERMO DE REFERÊNCIA TRAZ COMO MODELOS INDICATIVOS:

1. LADDER (https://www.casadaergonomia.com.br/loja/apoio-ergonomico-para-utm_source=Google%20Shopping&utm_campaign=Merchant%20Shopping%20CdE&utm_medium=cpc&utm_term=4583&gclid=CjwKCAjw6fyXBhBgEiwAhhiZsh75vDcQKhc20VekD9mzpXuPjvDYI3jOCie8GDU6KxBoCwgoQAvd_BwE)
2. AIRMICRO (<https://www.airmicro.com.br/detalhe-produto/35>)

MODELO OFERTADO PELA RECORRIDA:

MARCA: DLH - MODELO: AP-RA-ABS (PA 00001) – tratasse de um produto muito inferior do que os modelos de "referencia", não ficou demonstrando claramente as 03 regulagens, a inclinação de 10º a 15º exigidos no TR.

Dessa forma, entende a RECORRENTE que o produto ofertado pela RECORRIDA NÃO ATENDE MINIMAMENTE O TRU

4. DA COMPATIBILIDADE DO CNPJ COM O OBJETO DA LICITAÇÃO:

O item 4 do Edital, traz o seguinte texto:

"4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO INTERESSADOS CUJO RAMO DE ATIVIDADE SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, e que estejam com Credenciamento regular Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.” (GRIFOS NOSSOS)

Verificasse que, conforme Cartão do CNPJ da RECORRIDA, trata-se de empresa de FABRICAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS e por esse motivo não há compatibilidade com o objeto APOIO PARA PÉS.

Por esse motivo a RECORRIDA deveria ser INABILITADA SUMARIAMENTE!!!

5. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O julgamento da presente licitação deve vincular-se ainda ao instrumento convocatório, que é a "LEI" do certame, portanto, a análise técnica e documental deve se pautar aos requisitos constam no Edital e no Termo de Referência para aprovação ou reprovação do produto, bem como habilitação/inabilitação dos licitantes, uma vez que estão TOTALMENTE VINCULADOS!!

A LEI do pregão deve ser aplicada PARA TODOS OS LICITANTES IGUALMENTE.

Ensina-nos José Cretella Júnior em seu livro Das Licitações Públicas. Editora Forense em sua 18ª Edição (página 159) que:

⁵¹ 51. Direito subjetivo público à observância do procedimento:

Todos os que participam da licitação têm o direito subjetivo público de exigir a fiel observância do respectivo procedimento.

Dirijamos com maior rigor científico que a Administração direta, os órgãos públicos e as entidades têm o poder-dever de vincular-se ao edital licitatório (suporta a lei que fizeste), ao

licitantes têm, realmente, o direito subjetivo público, oponível ao Estado, ou, mais especificamente, à entidade promotora, órgão ou pessoa, exigindo que a "lei interna" do procedimento ponto por ponto".

Mais adiante na mesma publicação técnica (página 282) o autor escreve:

"Art. 41. A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL A QUE SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA".

E comenta:

"O edital e a Administração a este vinculada em obediência ao princípio de legalidade, que rege a operacionalidade técnico jurídica do estado de direito, no qual vigora a máxima "su fizeste"- patere legem, quem fecisti-, a presente Lei 8.666/93 consagra a norma segundo a qual "A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL QUE QUE SE ACHA ESTRITAMENTE LIGADA." (GRIFOS NOSSOS)

6. DOS PEDIDOS:

À vista de TODO o exposto, REQUER:

5.1 QUE O RECURSO INTERPOSTO PELA RECORRENTE SEJA CONHECIDO E TEMPESTIVO, E NO MÉRITO SEJA DADO PROVIMENTO – "DEFERIDO";

5.2 QUE SEJA REFORMADA A DECISÃO DA PREGOEIRA QUE ACEITOU O PRODUTO DA RECORRIDA PARA O ITEM 2 DO PE 38/2022, COM A REANÁLISE TÉCNICA DO CATÁLOGO TÉCNICO A

5.3 QUE A EMPRESA SEJA INABILITADA COM BASE NO ITEM 4.1 DO EDITAL DO PE 038/2022, POR POSSUI CNPJ INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO;

5.4 QUE SEJAM CONVOCADOS OS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA QUE APRESENTEM SUAS PROPOSTAS;

5.4 ENTENDENDO PELO INDEFERIMENTO DO PRESENTE RECURSO, REQUER AINDA QUE TODO PROCESSO SEJA REMETIDO A AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE, PARA QUE A MESMA DIGNO ENTENDIMENTO, TORNANDO-SE AUTORIDADE RESPONSÁVEL POR ESSE ATO;

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Pedreira-SP, 19 de agosto de 2022.

E2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME.

CNPJ. 24.895.586/0001-68

EDUARDO BEZERRA SILVA – SÓCIO GERENTE

CPF 762.326.036-72

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Prezados, a respeito do recurso apresentado, anexo o catálogo atualizado do fabricante, caso haja ainda dúvidas.
<https://dlh.ind.br/catalogo/Descanso.pdf>

A respeito da compatibilidade da atividade com o objeto da licitação, em nosso CNPJ consta a atividade secundária 47.13-0-04 - Lojas de departamentos ou magazines, a qual é uma ramificação de Comércio varejista de mercadorias em geral. Portanto está apta em relação ao objeto da licitação.

Fonte: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=10.1.0&subclasse=4713004&chave=4713-0-04%20>

Sem mais.

Ligiane
Darlu

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa E2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, constante no documento n.º 61 deste Proad, contra decisão desta Pregoeira que declarou vencedora do certame em epígrafe, Item 2, a empresa DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.

A empresa E2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME apresentou suas razões recursais e, em síntese, alega que:

"(...) Modelo Overtado pela recorrida: Marca: DLH – Modelo: AP-RA-ABS (PA 00001) – tratasse de um produto muito inferior do que os modelos de "referência", não ficou demonstrando claramente as 03 regulagens, a inc bem como as inclinações de 10º a 15º exigidos no TR. Dessa forma, entende a RECORRENTE que o produto ofertado pela RECORRIDA NÃO ATENDE MINIMAMENTE O TR!! (...)"

"(...) O Item 4 do Edital, traz o seguinte texto: 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 4.1 PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO INTERESSADOS CUJO RAMO DE ATIVIDADE SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.(GRIFOS NOSSOS) Verificasse que, conforme o Cartão do CNPJ da RECORRIDA, trata-se de empresa de FABRICAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS e por esse motivo não há compatibilidade com o objeto APOIO PARA PÉS. Por este motivo a RECORRIDA deveria ser INABILITADA SUMARIAMENTE!!! (...)"

"(...) O julgamento da presente licitação deve vincular-se ainda ao instrumento convocatório, que é a "LEI" do certame, portanto, a análise técnica e documental deve se pautar aos requisitos que constam no Edital e no Termo de Referência para aprovação ou reprovação do produto, bem como habilitação/inabilitação dos licitantes, uma vez que estão TOTALMENTE VINCULADOS!!(...)"

Por fim, requer que: seja reformada a decisão da pregoeira que aceitou o produto com a reanálise técnica do catálogo técnico; a empresa seja inabilitada com base no item 4.1 do Edital por possuir CNPJ incompatível com o objeto da licitação; sejam convocados os demais licitantes classificados em ordem de classificação para que apresentem suas propostas; e, ainda, requer que todo o processo seja remetido à autoridade superior competente, para que a mesma torne-se autoridade responsável por esse ato.

Por sua vez, a empresa DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA. apresentou suas contrarrazões recursais, constantes no documento nº 62 deste Proad, e, em estreita síntese:

Alega que o catálogo atualizado do fabricante se encontra no sítio eletrônico que segue: "<https://dlh.ind.br/catalogo/Descanso.pdf>"

Por fim, referente a compatibilidade da atividade com o objeto da licitação, aduz que "(...) em nosso CNPJ consta a atividade secundária 47.13-0-04 – Lojas de departamentos ou magazines, a qual é uma ramificação do Comércio varejista de mercadorias em geral. Portanto, está apta em relação ao objeto da licitação."

É O RELATÓRIO.

O Decreto nº 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos." (grifo não original)

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Como visto acima, a verificação da conformidade da proposta ao instrumento convocatório é função inerente ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sendo que a desclassificação das propostas em desacordo com o Edital deve ser procedida de forma objetiva e fundamentada.

Com relação a compatibilidade do ramo de atividade com o objeto da licitação, seguimos na mesma linha anterior, razão também não assiste à Recorrente.

Inicialmente, ressaltamos que o contrato social também compõe o rol de documentos de habilitação jurídica utilizados para verificação de compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas.

Ademais, a exigência de apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor por parte dos licitantes, está prevista no art. 28 da Lei 8.666/93:

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (grifos nossos).

O referido documento foi devidamente apresentado e anexado no sistema Compras.Gov.br, no arquivo "CN_DARLU_Ok.zip", em que consta o registro na JUCISRS- Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, autenticado digitalmente e assinado em 28/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni, sob o protocolo nº 21/328.398-1.

Convém ressaltar que, referente aos objetos apresentados no Contrato Social da empresa DARLU, além do código 1359-6/00 Fabricação de produtos Têxteis, citado pela recorrente, verifica-se também o código 2592-6/02 Fabricação de produtos de trefilados de metal. Esse código engloba o material do objeto referente ao Item 2 que é o Aço.

Ademais, em suas contrarrazões a empresa Darlu informa que "no CNPJ da empresa consta a atividade secundária 47.13-0-04 – Lojas de departamentos ou magazines, a qual é ramificação de comércio varejista de mercadorias em geral."

O instrumento convocatório especifica ramo de atividade compatível. Não delimita um único código CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, conforme o item 4.1, que dispõe: "poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (...)"

O posicionamento do Tribunal de Contas da União é a de que, se não estiver expressamente no edital a utilização da CNAE como critério de identificação de empresa especializada, não poderá ser exigido. E no edital desta licitação não houve essa previsão, e sua utilização por esta pregoeira como critério de desclassificação, como pretende a Recorrente, configuraria, no posicionamento do TCU, "procedimento flagrantemente alheio às regras da competição" - Acórdão n.º 1.203/2011 – Plenário.

Em seu Acórdão n.º 42/2014 - Plenário, o TCU ratifica seu entendimento, ao explanar que "precedente Acórdão n.º 1.203/2011 – Plenário, segundo o qual o Cnae não deveria, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação." Esse mesmo acórdão ainda é taxativo ao concluir que, "a não aceitação da representante no pregão implicou, no caso concreto, violação de preceitos básicos norteadores das licitações públicas, em especial a restrição indevida da competitividade do certame e o ferimento ao princípio da isonomia."

Por fim, o TCU novamente confirma seu posicionamento, ao estabelecer que "só é viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação" - Acórdão n.º 487/2015 – Plenário.

Dessa forma, a alegação da Recorrente, resta esclarecida, uma vez que houve a apresentação do documento de qualificação jurídica com o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

Referente às características do objeto apresentado em proposta pela empresa DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA seguem as considerações:

Inicialmente, em relação às alegações a respeito do produto ofertado a empresa cita: "produto muito inferior do que os modelos de "referência", não ficou demonstrando claramente as 03 regulagens, a inc bem como as inclinações de 10º a 15º exigidos no TR."

Entretanto, frise-se que, conforme diligências realizadas por esta pregoeira e equipe de apoio, no dia 2/8/2022 às 14h14, via e-mail, constante no documento n.º 65 deste Proad, foram questionadas informações sobre a regulação, inclinação e tamanho do objeto ofertado.

E como resposta obtivemos a seguinte manifestação: "O produto possui balanço ou inclinação em ambos os lados podendo chegar até 90º(...) O produto fabricado como padrão possui as alturas de 6, 9 e 12cm. Mas pode ser fabricado com outras alturas conforme necessidade do cliente. Nesse caso, poderá ser fabricado com a altura máxima de 15cm (...) A dimensão do produto é de 480mm de comprimento por 30 cm de largura. A base possui comprimento de 440mm de comprimento por 30 cm de largura". Portanto, os atributos apresentados atendem aos requisitos editalícios.

Ademais, findadas as diligências foi solicitado e consignado em sistema nova proposta saneada com a inclusão das características citadas via e-mail assegurando-se, assim, um dos princípios norteadores do processo licitatório que é o da publicidade dos atos.

Vale mencionar, que nos casos de irregularidades meramente formais, a orientação do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas têm sido unânimes pela viabilidade de saneamento a partir de diligências realizadas pela Comissão de Licitação, Pregoeiro ou Agentes de Contratação:

9.6. comunicar à DR/SPM/ECT que, na condução de licitações, falhas sanáveis ou meramente formais, identificadas na documentação das proponentes, não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame, conforme decisões do Tribunal de Contas da União (v.g. Acórdãos 2.459/2013, 3.418/2014 e 3.340/2015, todos do Plenário); (grifo não original)

(ACÓRDÃO Nº 61/2019 – TCU – Plenário)

O TCU da ciência ao (omissis) de que "(...) o excesso de rigor e formalismo identificado na aferição das propostas técnicas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e pode ser mitigado através de diligências, conforme dispõe o art. 43, §3º da Lei 8.666/1993; 9.4.2. a inobservância do princípio da isonomia, no tratamento desigual dado aos licitantes no cômputo da pontuação de suas propostas técnicas desrespeita o art. 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.3. a falta de motivação dos atos administrativos, a exemplo da ausência, no processo licitatório objeto desta Representação, das razões para a desclassificação da representante, em desacordo com o disposto no art. 50, inciso I e §1º da Lei 9.784/1999." (grifo não original)

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 581/2018, Plenário).

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido". (grifo não original)

(Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. em 14.10.2003, DJ 01.12.2003, p. 294).

No entanto, apesar de constar no catálogo inicial de que se tratava de suporte no material aço, nas suas

contrarrazões a empresa Darlu Indústria apresentou novo catálogo atualizado em que se deixa claro que o objeto referente ao item 2 possui a base no material plástico, em desacordo com o exigido em edital que tem como requisito o material aço, conforme segue: "Apoio para pés, em chapa de aço..", por este motivo o recurso apresentado é considerado provido.

Por todo exposto, esta Pregoeira e sua equipe de apoio reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, julgá-lo procedente, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Respeitosamente,

Campinas, 30 de agosto de 2022.

Viviane Mendes Marques-
Pregoeira

Ciente. De acordo.

Campinas, 30 de agosto de 2022.

André Scatuzzi-
Coordenador de Licitações

Fechar

Pregão Eletrônico



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior do Trabalho
15ª Região/Campinas/SP

Termo de Julgamento de Recursos do Pregão Eletrônico

Nº 00038/2022 (SRP)

Às 15:12 horas do dia 14 de setembro de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 00038/2022, referente ao Processo nº 1006/2022, o pregoeiro, Sr(a) VIVIANE MENDES MARQUES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens sem recurso serão adjudicados pelo Pregoeiro e constarão do termo de adjudicação.

Resultado do Julgamento de Recursos

Item: 2

Descrição: Descanso pés

Descrição Complementar: Descanso Pés Material Estrutura: Plástico , Material Bandeja: Plástico , Tipo: Ajustável , Largura: 48 CM, Comprimento: 31,5 CM, Características Adicionais: Base Antiderrapante

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 150

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 130,0100

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 0,01

Situação: Cancelado no julgamento

Visualizar Recurso do Item

Eventos do Item

| Evento | Data | Observações |
|-------------------------|------------------------|--|
| Volta de fase | 31/08/2022 11:36:02 | Volta de Fase para Julgamento |
| Cancelado no julgamento | 14/09/2022 14:08:40 | Item cancelado no julgamento. Motivo: Ausência de Propostas Válidas. |

Fim do documento